



*V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur*

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



**INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: OS DESAFIOS NO  
DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA -  
PERSPECTIVAS E REALIDADES**

Luiz Alfredo Silveira – Doutor  
Nelson Colossi – Doutor  
Luiz Gustavo Alves Batista - Mestrando  
Maria da Graça Tavares Silveira – Msc  
Dimas de Oliveira Estevam - Doutorando

**1. Resumo**

A universidade tem a missão transecular de gerar, conservar, transmitir e ritualizar uma herança cultural de saberes, idéias e valores que promovem o desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, o estudo procurou identificar a evolução e os desafios mercadológicos no desenvolvimento da administração contemporânea da Instituição de Ensino Superior Brasileira na última década. Assim, o presente artigo teve como base o levantamento teórico da gestão universitária por meio de perspectivas e realidades. A pesquisa é de caráter descritivo de cenários a partir da observação da literatura do campo de conhecimento. As conclusões foram baseadas nessas observações, onde se tenta projetar dentre os desafios da gestão universitária suas perspectivas frente às mudanças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Instituição de Ensino Superior, Administração Contemporânea.

## 2. Introdução

A partir da década de oitenta, os países industrializados e os latino-americanos, empreenderam importantes reformas em seus sistemas de Educação Superior. Nestes últimos anos, com a emergência de um mercado educacional globalizado, as reformas neste nível de ensino se dinamizaram, de modo especial diversificando os provedores, os tipos de instituições, os perfis dos docentes, disponibilizando novas ofertas educativas, ampliando as matrículas e apresentando um aumento crescente das demandas e da competitividade. Por outro lado, a globalização educacional e a internacionalização do conhecimento, em resposta aos desafios da globalização econômica, trazem consigo o enorme desafio de a educação superior conciliar as exigências de qualidade e inovação com as necessidades de ampliar o acesso e diminuir as assimetrias sociais.

Nesse quadro de aceleradas mudanças econômicas e sociais e de reformas das instituições educacionais mais explicitamente, as que se dedicam à formação dos indivíduos e à produção de conhecimentos e técnicas, vistos hoje como valiosos capitais econômicos, ganham centralidade, em todos os países que buscam modernizar-se, a gestão de Instituições de Ensino Superior – IES, que buscam novas perspectivas, transformando valores culturais em fortes aliados do planejamento institucional, cuja meta principal é definir um novo perfil da instituição, adequando ao novo contexto em que ela atua, sem, no entanto abandonar suas raízes históricas. Nesse contexto, vencer barreiras e ousar fazem parte das novas funções dos dirigentes universitários, assim como, a competitividade deve ser interpretada como desafio para a construção de uma nova realidade. As IES para atingirem elevados índices de qualidade precisam rever seu posicionamento diante das questões administrativo-organizacionais que caracterizam a gestão universitária.

Considera-se, que a universidade na sua missão de geradora e disseminadora do conhecimento e comprometida com a indicação de soluções para problemas, não deixou de interagir com o meio social, desenvolvendo ações que objetivam intervenções no processo de qualidade de vida. A educação, em especial a superior, é um elemento constituinte do novo modelo de desenvolvimento que se tenta construir no Brasil. Ela é vital para romper com a histórica dependência científica, tecnológica e cultural de nosso país e consolidar o projeto de nação democrática, autônoma, soberana e solidária.

Finalmente, destaca-se que a inserção do homem no contexto social, através da educação, estabelece, também, os princípios sociais do processo civilizatório e à vida democrática, tais como a solidariedade, a cooperação, a justiça, a igualdade, o direito à dignidade, o respeito à alteridade e à pluralidade. Além disso, a educação é responsável, dentre outros, pela produção do conhecimento, pela economia de um país, pela produção de riquezas, pela geração de empregos e pela qualidade de vida das pessoas. A educação deve ir além da formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho, pois se fosse restrita à formação de profissionais para o mercado de trabalho, estar-se-ia cultivando uma sociedade onde os valores humanos seriam ignorados.

### 3. A Evolução da Universidade Brasileira

O surgimento da Universidade Brasileira, antes de receber este nome, estava apoiado em duas correntes de escolas. A primeira apoiada em centros particulares, onde o ensino estava voltado para artes liberais, elementos de arte notarial e de direito prático. A segunda corrente estabelecida em grandes congregações religiosas como: mosteiros, catedrais ou colegiados, no qual, o ensino voltava-se a tarefas litúrgicas.

Entre estas escolas, as que apresentavam uma certa qualidade em ensino, ofertavam sete artes liberais: gramática, retórica, lógica, aritmética, música, astronomia, teologia e geometria, entre essas, algumas disciplinas práticas, tais como o direito e a medicina. A teologia e outras matérias estavam fundamentadas em obras de autores reconhecidos na época.

A partir do séc. XII houve um grande desenvolvimento das escolas, devido a mestres e estudantes que provinham de todas as partes, gerando um caráter internacional. Conforme Verger (1990), o surgimento explosivo de escolas, provocou um problema grave de organização, que resultou no exame das instituições escolares, fazendo com que, nos primeiros anos do séc. XIII começasse a surgir às universidades.

O significado de *universitas* foi utilizado inicialmente para denominar as corporações escolásticas, com o decorrer do tempo, tal termo foi aplicado para definir uma comunidade de professores e alunos que somente as autoridades civis e eclesiásticas podiam reconhecer ou sancionar.

Pode-se dizer, que as universidades representam uma das instituições mais antigas, significativas e marcantes da sociedade. A sua aparição, na Idade Média, realizou-se nas principais cidades européia, e posteriormente por todos os continentes. No Brasil, o sistema implantado caracterizou-se, por fragmentar o ensino superior em escolas, cuja primeira universidade nasceu oficialmente em 1920, no Rio de Janeiro, sem ter-se concretizado na prática.

No início do século XIX no Brasil, o Ensino Superior chega com a vinda da família real, em consequência da invasão de Portugal por Napoleão. Segundo Azevedo (1963), D. João VI limitou-se tão somente à criação de Instituições de Ensino Superior que suprissem as necessidades da corte portuguesa, especialmente nas formações especializadas e na preparação de recursos humanos para a administração pública.

O Ensino Superior no Brasil se desenvolveu em dois períodos distintos: o primeiro caracterizado pelas grandes escolas profissionais de medicina, direito e engenharia, e o segundo, pela expansão das escolas de filosofia, ciências e letras, de economia e outras que se sucederam (Teixeira, 1989).

O autor comenta que a reunião das escolas Politécnicas e de Medicina com uma das Faculdades de Direito surge finalmente em 1920, com base na forma do Ensino Superior, a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, mais tarde denominada Universidade do Brasil. Com a justaposição de unidades de Ensino Superior existente, através do modelo surge em 1927 a Universidade de Minas Gerais, e a Universidade de São Paulo, em 1934. Em curto tempo, foram criadas também a Universidade do Distrito Federal, a Universidade de Porto Alegre, dentre outras. Também, foram criadas oito universidades públicas, entre 1920 e 1950, e na década de quarenta surgem as primeiras universidades privadas por organizações religiosas católicas no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

Na década de 60 houve o despertar de alguns projetos de desenvolvimento sócio-econômico e tecnológico brasileiro. Conforme Schlemper (1989), esta fase exigiu da universidade um novo papel: a formação de recursos humanos para fazer frente às necessidades econômicas daquele momento, ou seja, fazer frente à demanda de recursos humanos especializados e à formação de um mercado interno sofisticado e competitivo, atendendo a uma exigência política da

época. O MEC (2003) aponta que em 1960 em levantamento estatístico, que 45% (quarenta e cinco por cento) dos alunos no Ensino Superior eram da rede particular, enquanto que 55% (cinquenta e cinco por cento) estavam na rede pública de ensino.

Em 1998, de acordo com o MEC (2003), nos dados do último Censo de Educação Superior, 62% (sessenta e dois por cento) dos alunos do Ensino Superior freqüentavam a rede privada, enquanto 38% (trinta e oito por cento) estavam nas instituições de ensino superior público.

Diante deste cenário, o crescimento do Ensino Superior no Brasil nos últimos anos, teve como grande responsável às instituições particulares. De 1980 até os dias atuais, o número de estabelecimentos privados no setor cresceu 57,6% (cinquenta e sete vírgula seis por cento), passando de 682 para 1.075 estabelecimentos. Neste mesmo período, o número de instituições públicas sofreu uma redução de 20% (vinte por cento). O quadro total de docentes da graduação no país, em 1994, aponta que 15% (quinze por cento) eram doutores. Em 1999 este índice subiu para 20% (vinte por cento) de professores com doutorado (MEC, 2003).

Segundo o Ministro da Educação (2003), a expansão do Ensino Superior possui um significado social que precisa estar refletido na política educacional e não deve ser percebida como um mero resultado comercial ou de interesses de agentes privados.

Conforme Meyer (1988), a maior dificuldade da universidade brasileira é a ausência de uma visão estratégica na formulação de suas políticas institucionais. Isto faz parte de uma generalização comumente anunciada. Diante deste contexto, no sistema do serviço público há excelentes instituições que fazem estas constatações apenas ao indicar o estágio da estrutura educacional brasileira e a necessidade de mudança e ação ativa para aproveitar oportunidades, solidificando e ampliando competências que possibilitem a permanência das Instituições de Ensino Superior.

O autor comenta que muitas mudanças estão presentes no ambiente social, econômico, e isto produz interpretações que são resumidas em jargões como sociedade do conhecimento, planejamento estratégico, que se não refletidos e estudados são aceitos e desenvolvidos de acordo com as dúbias interpretações superficiais (populares). Nesse sentido, podem ser tomadas muitas decisões errôneas, onde, a maioria dos que administrarem as universidades não serão os administradores educados para a gerencia dos setores aos quais são convocados a administrar. A prática estará ainda distante para atender e corresponder às realidades apregoadas nas mudanças cibernéticas no novo paradigma.

O quadro 01 a seguir demonstra uma projeção do crescimento do ensino superior por faixa etária nos séculos XX e XXI.

**Quadro 01** - Projeções demográficas por faixas etárias (milhares).

Faixa etária	1980	1990	2000	2010
10-14	14.279	16.812	16.162	16.487
15-19	13.590	14.952	16.407	16.267
20-24	11.525	14.085	16.624	16.009
25-29	9.425	13.328	14.712	16.184
Total	120.194	145.762	170.932	194.082

**Fonte:** A. A. Camarano, K. Beltrão e R. Neupert, *Século XXI - A Quantas Andará a População Brasileira?*, IPEA, Texto para Discussão n 5, 1989 (Hipótese II).

Conforme demonstra o quadro 01 o contínuo crescimento da população brasileira pode refletir em um significativo aumento na demanda por vagas em universidades públicas ou privadas. Essa demanda por educação superior nas próximas décadas estará condicionada basicamente

pelo aumento dos formados pelo sistema de educação secundária, que não está se expandindo de forma significativa; e em parte também, possivelmente, pelas pessoas que já concluíram o segundo e terceiro graus, e que venham a se valer de novas oportunidades e modalidades educacionais que venham a existir. (Schwartzman, 1994).

Segundo o autor, existe a possibilidade de se considerar dois cenários econômicos. O primeiro cenário, de estagnação econômica para as próximas décadas terá um impacto direto sobre o sistema de ensino superior tanto do lado da capacidade do Estado em manter e ampliar o sistema, quanto da população em pagar os cursos do ensino privado. Este cenário não significaria que a demanda por educação superior venha a se reduzir, porque a estagnação econômica, ao reduzir as possibilidades de emprego, pode atribuir um peso ainda maior do que o usual à posse de um diploma formal. Mas ela tenderia a dar uma forma específica a esta demanda: a tendência à ampliação dos cursos de baixo custo, um reforço das demandas políticas por privilégios corporativos associados a diplomas, e uma forte pressão sobre o sistema público para reduzir sua seletividade e incorporar um número cada vez maior de estudantes. O segundo cenário, mais otimista, de retomada do desenvolvimento econômico e de um saneamento das finanças das administrações Federais e estaduais, não significará necessariamente uma expansão do sistema de ensino superior público, mas pode significar pelo menos que as instituições públicas não continuarão a se deteriorar. Uma população com maior poder aquisitivo e uma economia ativa e em processo de modernização, podem levar a uma ampliação da demanda, por pessoas mais habilitadas tanto para atividades especializadas quanto para as que requerem conhecimentos genéricos, e a uma demanda por educação de maior qualidade, seja no setor público, seja no setor privado.

#### **4. A Universidade e seus Desafios Mercadológicos.**

A universidade é uma instituição social que se constituiu na história com a finalidade de exprimir de maneira determinante na estrutura e no modo de funcionamento da sociedade como um todo. E cada modelo de universidade, implica em formas objetivas, processos e formas organizacionais, que influirão nos processos de tomada de decisões.

A intelectualizada e erudita instituição de ensino superior culto do intelecto, preserva e estuda os textos clássicos. A sua estrutura, esta baseada na comunidade especializada, com grande carga de formalização e governada pela tradição. Está concentrada na atividade de reprodução do conhecimento acumulado e na formação de novos aprendizes que se tornem capazes de desenvolver a sensibilidade e receptividade que os qualificarão a participar da comunidade universitária.

Neste momento, auto centrado e alheio às questões mais amplas da sociedade, a resistência à mudança é maior e as decisões são tomadas com vista a manutenção do *status*, (Almeida in Murphy p. 64). Já no período industrial, a universidade exercia uma função econômica e atuava como instrumento de reprodução da estrutura da sociedade industrial. Como instrumento estratégico, servia apropriadamente das classes ou grupos políticos que eventualmente ocupavam o poder (Meyer, 1988).

A universidade deve estar direcionada e focada em seu público alvo, os alunos. O desejo de se ter o aluno perfeito, a modelo dos que freqüentam universidades conceituadas como Harvard, Tóquio ou Oxford, mais atrapalha do que ajuda a entender e atender apropriadamente seu público. Nas Universidades Americanas, onde o sistema inclui aproximadamente 85% dos egressos do ensino médio, não é sem custo. No Brasil, parcela significativa dos que chegam ao ensino universitário possui deficiências de aprendizado, de disciplinas como matemática, inglês, etc. (atualmente se desenvolve uma mobilização nacional por meio de programa do ministério da educação, em garantir a inserção de 99%, no ensino superior).

Nos dias atuais, as instituições de ensino superior, devem ser ágeis e prontas para alterar sua direção e, ao mesmo tempo, serem capazes e até mesmo estarem dispostas a partir para o ataque. (Minogue, in Murphy et Meyer, 2000)

## **5. Novas Concepções de Universidades Brasileiras**

As universidades estão sempre em constante evolução, agregando valores as suas instituições. Assim sendo, tem-se diferenciado umas das outras, seja pela metodologia, pelo foco ou abrangência. Nesse contexto, mais contemporâneo temos a universidade tradicional, seguida pelas novas concepções de universidades corporativas e virtuais.

A universidade corporativa está centrada no foco dos *business*, ou em outras áreas, em que se busca otimizar as estratégias organizacionais, através do desenvolvimento educacional focado de seus funcionários (colaboradores), fornecedores e clientes. Para que se alcance a excelência na universidade corporativa como instituição de ensino, é preciso que se utilize os mais variados sistemas de aprendizado, como: entrevistas, viagens, análise de caso, avaliação de empresas, leituras complementares, entre outras. Diante disso, diferencia-se de outras instituições onde ainda predomina o modelo sala de aula-professor-aluno, fazendo assim com que desperte em seus alunos uma mentalidade de aprendizagem contínua, voltada para o desenvolvimento da instituição.

Neste século XXI a universidade virtual, demonstra uma maior flexibilidade em relação a informação, já que esta em geral, tem uma vida curta devido a velocidade com que são tratadas e do processo de mudança acelerada. As estruturas das universidades estão limitadas especialmente ao que se refere a lugar e tempo, não possibilitando um ensino com qualidade a todos, em especial a zona de baixa densidade populacional.

As universidades que utilizam o processo virtual de ensino possuem maior flexibilidade e elasticidade para acompanhar as mudanças educacionais, as aulas são ministradas por meio de satélite ou por teleconferência o que reduz o custo, seus materiais são altamente dinâmicos e auto explicativos, os alunos podem tirar suas dúvidas por e-mail ou em endereços especializados na *web*. Esse modelo de ensino, também é utilizado como ferramenta nas universidades corporativas e pelas tradicionais.

A universidade tradicional seja pública ou privada, é o modelo que todos conhecem e que através dos anos tem evoluído, se adaptando as mais variadas tendências do mercado mundializado, mas só isto não basta. É lenta, em relação às mudanças, devido em geral a sua grande estrutura. Seu método de ensino, na maioria das vezes baseia-se apenas na didática dentro da sala de aula, não havendo complemento prático.

## **6. A Administração Universitária na Perspectiva Contemporânea.**

A universidade brasileira é consagrada pela sociedade como um todo, e como tal expressa de maneira decisiva a sua estrutura e o modo de funcionamento, a serviço da sociedade. É por meio dela, que gerações de estudantes e cientistas desenvolvem, adquirem e transmitem conhecimento.

O foco das atenções das universidades deve ser a satisfação de todos os grupos de interesse e não somente as próprias universidades. O principal cliente da universidade é o aluno.

Segundo Silveira (2002), a Administração Universitária, vem contribuindo de forma determinada, para o avanço da ciência e da tecnologia no Brasil, bem como para a formação de profissionais, nas mais diversas áreas do conhecimento científico. Também, percebemos que as instituições de ensino superior existem a presença de opiniões, atitudes e projetos, conflitantes que exprimem diversidades e contradições da sociedade contemporânea. Essa relação, entre a universidade e a sociedade é o que determina, aliás, o fato de que, desde seu

surgimento, a instituição de ensino superior pública sempre foi uma organização social, por isso a universidade esta inserida na ação social, fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições internas a ela.

Deste modo, a legitimidade da instituição moderna, como a universidade, fundou-se na conquista da idéia de autonomia do conhecimento em face da religião e do Estado, portanto, na idéia de um saber guiado por sua própria lógica, por necessidades iminentes a ele, sendo, do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão de conhecimento.

Gadotti (2000), por sua vez, ao abordar o sistema educacional, destaca que um dos problemas mais críticos da educação no Brasil está na crise política, salarial, financeira, que acaba inibindo as atividades e planos propostos.

Quanto a administração de vagas, Schwartzman (1994) destaca que ninguém mais pensa, hoje em dia, que seja possível prever com alguma precisão quantos médicos, engenheiros, economistas, advogados e sociólogos um país precisará dentro de cinco (05) ou dez (10) anos, e usar isto para planejar as vagas de suas instituições de ensino. As sociedades e seus mercados de trabalho evoluem de forma imprevisível, e o lugar que abrem às diversas profissões depende muito das tradições, do prestígio e do reconhecimento legal e social que cada uma delas recebe, mais do que de uma suposta relação técnica entre, por exemplo, tal nível produção e tal quantidade de engenheiros em uma empresa, entre o número de nutricionistas e o estado para uma determinada população, ou entre o número de advogados e o grau de justiça que existe na sociedade.

Segundo o autor, o que sabemos com certeza é que as sociedades modernas demandarão cada vez mais pessoas com três ou quatro tipos de habilidades genéricas: as que sejam capazes de dominar bem a cultura e a língua, escrever, relacionar-se com diferentes públicos, comunicar; as que entendam o funcionamento das instituições humanas, sua organização, suas normas, suas maneiras de operar; as que sejam capazes de pensar em números, fórmulas, medidas, equações; e as que sejam capazes de entender e cuidar do funcionamento e da saúde dos organismos vivos. É provável que, destas quatro grandes áreas de conhecimento as humanidades, as ciências e profissões sociais, as ciências exatas e tecnológicas, e a biologia e ciências da saúde, as duas primeiras tendem a envolver mais pessoas do que as duas últimas, quando não seja pela tendência à especialização e concentração destas em grandes instituições, empresas e laboratórios. Isto significa, que a predominância de cursos nas áreas sociais e humanas não é necessariamente uma deformação, como geralmente se pensa. De qualquer forma, se conseguirmos desregular o sistema de diplomas e profissões, poderemos esperar que as quantidades globais de pessoas formadas nestas grandes áreas tendem a se ajustar naturalmente.

## **7. Ensino Superior no Desenvolvimento do Processo Avaliativo.**

A importância da Educação Superior no conjunto das políticas públicas tem sido crescentemente reconhecida, não apenas em função do seu valor instrumental para a formação acadêmica - profissional, para as atividades de pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento econômico e social ou pela sua contribuição para a formação ética e cultural mais ampla, mas igualmente em função do lugar estratégico que ocupa nas políticas públicas orientadas para a cidadania democrática, a justiça social e o desenvolvimento sustentável. (SINAES, 2003)

De acordo com o Sistema de Avaliação do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), (CENSO, 2000), existiam 10.585 cursos de graduação presenciais no país, oferecidos por 1.180 Instituições de Ensino Superior (IES), nos quais achavam-se matriculados 2.694.245 alunos. Dessas IES, 176 são públicas (61 Federais, 61 estaduais e 54 municipais) e 1004 privadas (85% do total).

O grande crescimento do número de Instituições, provocou nos órgãos competentes certa preocupação com a qualidade do ensino oferecido, o que os levou a criação do sistema de avaliação do ensino superior no Brasil. Segundo o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, a política de avaliação e expansão do ensino superior adotada, devido às distorções do sistema e aos baixos percentuais de oferta, permite que ocorra uma abertura de novos cursos sem restrição ou cerceamentos corporativos, de algumas áreas profissionais. Segundo o Decreto N° 2026/96 (Exame Nacional de Cursos), que estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior, percebe-se a promoção de ampla reorganização do sistema de avaliação do ensino superior, inclusive ajustando os mecanismos avaliativos existentes anteriormente. Além desses instrumentos, o governo tem produzido censos anuais, com indicadores quantitativos globais, que fornecem estatísticas da evolução do sistema e da situação particularmente de cada IES. O volume de informações que vem sendo obtido é ainda maior, uma vez que o governo dispõe de sistema de acompanhamento.

A avaliação das IES é uma forma de rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da universidade, promovendo a permanente melhoria da qualidade e a eficácia e pertinência das atividades desenvolvidas. A utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais das universidades, traduzidas em compromissos científicos e sociais, assegurando a qualidade e a importância de seus produtos e a sua legitimação junto a sociedade.

## 8. Alternativas Efetivas no Mercado Competitivo das Universidades.

A situação atual do ensino superior brasileiro pode ser descrita em função dos principais papéis que ele desempenha, ou deveria desempenhar, nas sociedades contemporâneas, como a formação para as profissões liberais clássicas (direito, medicina, odontologia, engenharia, outras). Este é o setor mais tradicional da educação superior brasileira, e possivelmente o mais preservado, pela capacidade que pode ter tido em resistir ao processo de massificação e às mudanças organizacionais, ocorridos a partir dos anos 70, enquanto que em 1988, 36% (trinta e seis por cento) dos candidatos, mas 16% (dezesesseis por cento) das vagas e 22% (vinte e dois por cento) dos formados, estavam nestas carreiras. A grande maioria dos estudantes, seguem as chamadas "novas profissões", e um pequeno número, seguem carreiras técnicas ou "vocacionais", conforme o quadro 02 (Schwartzman, 1994).

**Quadro 02:** Inscrições, vagas e diplomas por tipos de classificação das profissões de carreira.

Classificação	Tradicionais (1)	Profissões "novas" (2)	Cursos vocacionais (3)
Inscrições	36%	60%	4%
Vagas	16%	80%	4%
Diplomas	22%	76%	2%

**Fonte:** Adaptado de Schwartzman (2005).

Conforme o autor, apesar de algumas faculdades tradicionais terem resistido, muitas vezes com sucesso às inovações introduzidas pela reforma universitária de 1968, preservando seu formato de "escola" e a coerência relativa, de seus cursos, a grande demanda por este tipo de educação superior levou à proliferação de escolas superiores, que oferecem estes títulos, ao mesmo tempo em que ocorria uma gradual erosão do modelo tradicional de profissional liberal independente, e sua substituição por formas de trabalho assalariado. Este processo se explica, em parte, pela saturação do mercado para as profissões liberais clássicas; e em parte,

como no caso da medicina, pela expansão do sistema previdenciário e das empresas prestadoras de serviços de saúde, que contratam os médicos como assalariados. A concentração de profissionais liberais nos grandes centros urbanos levou a problemas de desemprego ou sub-emprego nas capitais, e a ausência de profissionais qualificados no interior e nas periferias urbanas.

O autor, também comenta que as dificuldades de acesso e profissionalização, nas profissões liberais clássicas, e a ilegitimidade de um currículo de educação geral em nível de pós-secundário, levaram à criação de um grande número de "novas profissões", como comunicação, biblioteconomia, administração, nutrição e estatística cada qual aspirando a um nicho próprio e cativo no mercado de trabalho.

As "novas profissões", tendem a atrair estudantes menos qualificados, que se dirigem a cursos com pouca ou nenhuma tradição consistência acadêmica e intelectual, encontrando mais tarde grandes dificuldades, para em obter trabalho que de alguma forma corresponda aos conteúdos formais das carreiras que escolheram. A profissionalização efetiva nestas carreiras, só ocorre geralmente no nível de pós-graduação, que seleciona um número muito limitado de estudantes, fazendo com que os demais fiquem sem uma habilitação profissional efetiva.

Quanto a formação científica, o Brasil implantou, a partir do final da década de 70, um sistema bastante abrangente de pesquisa e pós-graduação, que lhe deu um lugar de destaque entre os países do terceiro mundo. Desde o início da década de 80, este sistema tem se mantido estagnado em termos de crescimento, mantendo um total de pouco mais de mil cursos de mestrado e doutorado (alguns localizados em instituições semi-universitárias, como os Institutos do CNPq ou o Instituto Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro) e cerca de 40 mil alunos. Este conjunto de programas de pós-graduação é avaliado regularmente por um sistema de "*peer review*" coordenado pela CAPES, cujos resultados sugerem, que aproximadamente um terço dos cursos é de boa qualidade (conceitos "A"). Estes programas concentram ainda, a maior parte dos pesquisadores e da pesquisa científica, efetivamente produzida no Brasil e publicada no país e no exterior.

O desenvolvimento econômico e social brasileiro foi todo construído a partir da formação de quadros qualificados na universidade pública. Essa contribuição se expressa no currículo da quase totalidade dos profissionais bem sucedidos nos mais diferentes campos de atividade empresarial e cultural, bem como nos cargos mais altos da própria administração pública. Em todos os países desenvolvidos do mundo o ensino superior público, tem papel fundamental, seja por seu impacto no desenvolvimento econômico, seja no desenvolvimento cultural da sociedade e, mais do que tudo isto, por seu papel no desenvolvimento do ser humano.

## **9. A Educação a Distância na Integração da Eficiência Educacional.**

Colossi (2003), comenta que as mudanças de paradigmas que vêm ocorrendo no ambiente acadêmico globalizado tem exercido, de forma imperiosa, impactos significativos nas organizações. Assim, as mudanças de ordem política, econômica e social tem transformado o mundo em um ambiente mais aberto à mundialização, afetando as instituições de ensino em geral e, em particular as universidades.

Segundo Schwartzman (2005), as Instituições de Ensino Superior são organizações que definem políticas e traçam estratégias para alcançar objetivos e metas, a partir de uma análise dos cenários educacionais, especificamente sócio-econômicos, culturais e das políticas educacionais, postas em prática pelos órgãos competentes e a legislação da educação.

No campo da educação o aparecimento das chamadas novas mídias estão provocando um impacto sensível. A divulgação do conhecimento produzido e o acesso à informação, que se constituem pilares da educação ocidental moderna, acontecem de forma cada vez mais ágil e, com isto, os critérios de perenidade e permanência dos conhecimentos acumulados somam-se

ao critério da atualidade. O novo conhecimento produzido está disponível em quantidade, profundidade e com rapidez a quem desejar conhecê-lo. Em especial nas IES, os avanços tecnológicos, especificamente a evolução dos meios de comunicação, proporcionou uma maior atuação no mercado mundializado, por meio da educação à distância que vem ao encontro da melhoria da capacitação dos profissionais, para o mercado de trabalho, assim como, para o meio social.

No Brasil, o ensino à distância na integração da eficiência educacional no mundo globalizado, atualmente é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que pode ser de massa e que substitui a interação pessoal entre professor e aluno na sala de aula. Essa interação pessoal, hoje considerada essencial, ainda representa um desafio para muitos programas de educação à distância.

Nesse contexto, têm-se lançado novos desafios aos educadores. Conhecer, as diversas tecnologias da informação e da comunicação e saber usá-las. O educador deve estar apto a cada nova realidade educacional específica, estar aberto às mudanças, procurar entendê-las e ter disposição de se reciclar para atuar em cenários diferentes, são atitudes condizentes com os tempos modernos.

## 10. CONCLUSÃO

Alguns reflexos das constantes mudanças no desenvolvimento da administração contemporânea para as Instituições de Ensino Superior no Brasil, são: o aumento da demanda, a agilidade e eficiência na rápida adaptação as mudanças e a plena satisfação dos anseios sociais. Para as pessoas, as conseqüências têm sido a necessidade de aprendizado contínuo, assim como a expectativa por contextos organizacionais, capaz de propiciar a aplicação e o desenvolvimento das novas competências requeridas.

Para se adequar a essa nova realidade, as IES têm buscado novas formas de gestão, as quais pressupõem a sobrevivência da instituição, capaz de potencializar os resultados Institucionais, por meio da agregação de valores e novas conquistas.

A aceleração das inovações tecnológicas, a mundialização da economia, em especial da educação, e a agilização das comunicações, têm resultado em significativa turbulência em diversos setores da sociedade, com destaque no ambiente acadêmico.

Percebe-se que as IES num esforço de se tornarem competitivas empreendem várias tentativas, algumas bem sucedidas e outras que carecem de uma reflexão maior, para tornarem-se exequíveis. Dentro deste processo de pesquisa-ação, o que ocorre é que à medida que as necessidades são deflagradas imediatamente as ações vão sendo implementadas, visando às correções necessárias, passando até por um processo de acultramento, pois há uma resistência natural às mudanças e as transformações. Pode ocorrer por desconhecimento ou descrédito dos reais objetivos propostos pela ação e até por vezes por um conservadorismo ingênuo. Nesse momento, deve-se ter a habilidade e a sensibilidade de identificar esses fatores e criar uma situação de envolvimento e de comprometimento com o meio social.

Esse mundo turbulento da educação em que vivemos, tem levado muitos especialistas da área da educação a pensarem, que é preciso fortalecer a capacidade individual para assimilar as mudanças e adotar políticas para conservar valores, que estão ligados a uma certa idéia de cultura e da dignidade humana. O que está em jogo é também o sentimento da evolução histórica, em um momento em que a mesma pode derivar, assim, a desumanização e a catástrofe social, como esta ocorrendo.

## 11. REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. 6ª ed. Rio de Janeiro: UNB & UFRJ, 1996.
- CAMARANO A. A., BELTRÃO K. e NEUPERT R. Século XXI - **A Quantas Andará a População Brasileira?**, IPEA, Texto para Discussão n 5, 1989 (Hipótese II).
- CASTRO, M.H.G. de. **Educação para o Século XXI: o desafio da qualidade e da equidade**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.
- COLOSSI, Nelson. E colaboradores. **Desenvolvimento Integrado em IES**. Anais do III Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária, Buenos Aires, Ar, 2003.
- GADOTTI, M. e colaboradores. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- MEYER JÚNIOR, Victor. **Universidade, organização, planejamento e gestão**. Florianópolis: UFSC/CPGA/NUPEAU, 1988.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Nacional de Educação**: Proposta do Executivo ao Congresso Nacional, Brasília: INEP/MEC, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior**, agosto/03.
- \_\_\_\_\_. **Censo da Educação Superior, 2003**. Disponível em:<http://www.inep.gov.br>. Acessado em 11/04/2005.
- SCHLEMPER Jr. Bruno Rodolfo. Universidade e Sociedade. IN: VAHL, Teodoro Rogério; MEYER, Victor Júnior; FINGER, Almeri Paulo (org). **Desafios da Administração Universitária. Organizadores**: Trabalhos apresentados no Seminário Internacional de Administração Universitária. Florianópolis: UFSC, 1989.
- TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- VERGER, Jacques. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SILVEIRA, Luiz Alfredo. & Silveira, Maria da Graça Tavares. **A universidade e a realidade do mercado competitivo**. In: A gestão universitária em ambiente de mudanças na América do Sul – Ed. Nova Letra Blumenau – SC – 2002.
- SCHWARTZMAN, Simon. **O futuro da educação superior no Brasil**. <http://www.schwartzman.org.br/simon/> consultado em 11/04/2005.